

# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

## 2



Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas  
2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisangela Artmann Bortolini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5061916017</b>	

**CAPÍTULO 8 .....97**

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

*Anatália Daiane de Oliveira Ramos*  
*Cristiano Apolucena Cabral*  
*Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo*  
*Edson Caetano*

**DOI 10.22533/at.ed.5061916018**

**CAPÍTULO 9 ..... 109**

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

*Dora Vianna Vasconcellos*

**DOI 10.22533/at.ed.5061916019**

**CAPÍTULO 10 ..... 120**

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

*Thiago Oliveira da Silva*  
*Anderson Przybyszewski Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160110**

**CAPÍTULO 11 ..... 129**

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Clícia Danielly Barbosa Alcântara*  
*David das Neves Aires*  
*Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160111**

**CAPÍTULO 12 ..... 140**

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

*Luís Fernando Silva Andrade*  
*André Luiz de Paiva*  
*Valderí de Castro Alcântara*  
*Flávia Luciana Naves Mafra*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160112**

**CAPÍTULO 13 ..... 159**

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

*Eleusy Natália Miguel*  
*Simone Caldas Tavares Mafra*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160113**

**CAPÍTULO 14 ..... 170**

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

*Elen Carolina Martins*  
*Marluce Aparecida Souza e Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160114**

**CAPÍTULO 15..... 185**

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

*Eloisa R. Ribeiro Rodrigues*

*Elisa Roberta Zanon*

*Letícia Cabrera*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160115**

**CAPÍTULO 16..... 202**

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Gabriela Tiemi Minagawa Yokota*

*Sandra Regina Casagrande de Moraes*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160116**

**CAPÍTULO 17 ..... 221**

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

*João Paulo Chagas Maia Vilela*

*Mauro Santoro Campello*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160117**

**CAPÍTULO 18..... 237**

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

*Thiago Henrique Omena*

*Bruna Coelho Alves Meneses*

*Estéfani Marx*

*Lourranny Parente Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160118**

**CAPÍTULO 19 ..... 253**

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

*Claudiana Cruz dos Anjos*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160119**

**CAPÍTULO 20 ..... 270**

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

*Lisiê Kremer Cabral*

*Ana Lúcia Costa de Oliveiras*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160120**

**CAPÍTULO 21..... 282**

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

*Ana Estela Vaz Xavier*

*Marina Xavier Carpena*

**DOI 10.22533/at.ed.50619160121**

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>297</b>
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50619160122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>308</b>
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50619160123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>321</b>
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50619160124</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>335</b>

## IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO

**Pauliane Gonçalves Moraes**

**RESUMO:** Neste trabalho, buscamos apresentar o modo de vida da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, bem como as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente nas últimas três décadas, em função da urbanização de seus territórios, do crescimento populacional e das inúmeras atividades econômicas que vêm se instalando em áreas tradicionalmente usadas para atividades da pesca. Por meio de um estudo de caso, sob a perspectiva qualitativa, tendo como instrumentos de recolha de dados entrevistas semi-estruturadas, conversas informais e observações registradas em diário de campo, produção de fotografias e realização de oficinas de mapeamento participativo, sob a inspiração da *cartografia social*, esta pesquisa foi realizada. A partir da análise dos dados, foi possível perceber o avanço rápido da implementação e aperfeiçoamento dos empreendimentos industriais de cunho desenvolvimentista em prol da lógica do capital, o que guarda relação direta, indireta e negativa sobre o território da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*. Esta comunidade se vê diante de um processo inevitável de perda territorial materializado, principalmente e mais visível, na diminuição do pescado, mas não em menor

medida, perceptível também na alteração das atividades culturais, religiosas e econômicas. Constatamos, portanto, que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, ao longo dos anos, vem sofrendo com a forma opressora do sistema capitalista e sua influência negativa sobre o ambiente em que vive, o que afeta diretamente a perpetuação da atividade da pesca, logo, o modo de vida da comunidade.

### 1 | INTRODUÇÃO

O artigo pretende apresentar o modo de vida da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, bem como as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente nas últimas três décadas, em função da urbanização de seus territórios, do crescimento populacional e das inúmeras atividades econômicas que vêm se instalando em áreas tradicionalmente usadas pelas atividades da pesca. Tal comunidade está localizada no litoral central do Espírito Santo, no município de Serra, integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

A partir de vários estudos exploratórios, foi possível perceber que a referida comunidade caracteriza-se por desenvolver atividades de pesca artesanal, apesar de grande parte dos pescadores não habitarem a mesma localidade

onde realizam seu trabalho. A maioria dos pescadores comercializa o pescado na praça central do balneário, ao ar livre, sob condições precárias, onde o que propõe a legislação municipal se torna inviável, dadas às condições a que estão submetidos esses trabalhadores.

O documento *Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo* (ESPÍRITO SANTO, 2005), ao caracterizar a atividade pesqueira no litoral central do estado, indica uma possível redução de comunidades de pescadores. Tal afirmação nos levou a algumas hipóteses acerca da redução desse grupo social e das transformações nas formas de uso do litoral capixaba, apontando, portanto, para possíveis conflitos ocasionados pela incompatibilidade entre as diferentes formas de ocupação desses espaços e a perda territorial. Além disso, apresentamos o *modo de vida* atual destes pescadores e de seus descendentes, relacionando-o aos sentidos que atribuem atualmente a esta atividade, uma vez que a história da atividade pesqueira guarda relação com a tradição, ou seja, os *saberes* sobre a prática da pesca transmitidos de geração em geração, cabendo aos filhos reproduzir o modo de trabalho de seus pais e as práticas culturais ligadas a este. Todavia, foi possível perceber que o modo de vida dessa comunidade foi alterado, distanciando-se das tradições de outrora.

Considerada essa realidade e a intencionalidade investigativa, confrontamos os dados apresentados no relatório do *Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo* (2005) aos dados evidenciados nos estudos exploratórios, relacionando essas informações às evidências e aos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, possibilitados pelo uso metodológico da *História Oral*. Sendo assim, por meio desta, foi possível identificar a realidade local e identificar se houve mudanças no *modo de vida* da comunidade e no *território*. Os depoimentos coletados também compuseram as análises, tendo em vista a restrita produção bibliográfica a respeito do assunto evidenciado. Assim, este trabalho se aproximou da história deste *território* de pesca artesanal para apresentar as condições de reprodução de suas atividades.

Tendo o *modo de vida* pautado na preservação e manutenção do meio onde vivem a história e a cultura transmitidas de geração em geração, as *comunidades tradicionais* pesqueiras são comumente relacionadas à prática da pesca para além de mero trabalho e se relacionam com o *território* de forma particular.

## 2 | MÉTODO E METODOLOGIA

Foi adotado um posicionamento rigoroso de investigação, buscando compreender a profundidade da realidade, o que significa superar o fato em aparência e compreender as condições concretas de vida que formam essa realidade, sob os princípios do método materialista histórico-dialético (MARX, 2008).

De acordo com o autor, o método em questão privilegia a busca direcionada do pesquisador para o processo histórico da situação focada, que vai além das aparências

fenomênicas, isto é, busca ultrapassar a expressão imediata do objeto. O objetivo do método é colocar tais expressões em discussão, como resultado de uma síntese que analisa o real para além de sua representação desorganizada do todo; para além do que se anuncia imediatamente, buscando considerar suas interferências múltiplas, configurando deste modo uma tentativa de entender o real.

O estudo de caso foi adotado na pesquisa também por favorecer possibilidades comparativas; neste caso, entre a sociedade hegemônica regida pelo capital e a Comunidade Pesqueira de Manguinhos. Assim como assevera Triviños (1987), o enfoque comparativo, explicativo e descritivo dos fenômenos enriquece a pesquisa qualitativa, permitindo ao pesquisador estudar dois ou mais sujeitos, ou – poder-se-ia dizer – dois ou mais casos. Para enriquecimento deste trabalho foram consultadas teses, dissertações, livros e artigos de autores que contribuem com o tema. Para tanto, dialogamos com: Diegues (1973, 1983, 2000); Ferreira (2009); Girardi (1997); Haesbaert (2010); Marx (1996, 2008); Vieira (2012) e outros.

Cabe ressaltar ainda que, frente à carência de material bibliográfico a respeito do tema e ao amplo conhecimento que os sujeitos da pesquisa demonstraram a partir das nossas aproximações investigativas iniciais, fizemos a opção pela História Oral, prezando pela adoção de nomes fictícios com o objetivo de resguardar a identidade dos entrevistados. Portanto, essas histórias relatadas pelos sujeitos da pesquisa compõem este estudo de caso como o principal instrumento de coleta de dados, pois a história oral possibilita compreender o que é estudado a partir do ponto de vista de quem é pesquisado. Além disso, a história oral possibilita conhecer processos que muitas vezes não se encontram registrados em outras fontes e que não são apresentadas pelo sistema hegemônico.

Queiroz (1988) traz sua contribuição a respeito do assunto: “História Oral” é o termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade (QUEIROZ, 1988, p.20). Para contemplar as histórias orais, foram realizadas entrevistas semi estruturadas e conversas informais, pois dessa forma foi possível resgatar memórias.

A História Oral nos garante a possibilidade de inserção da perspectiva dos sujeitos, além de uma aproximação e troca de experiências entre pesquisador e pesquisado; conhecimento acadêmico e popular. Conforme Jucá (2011), não há superioridade entre fontes escritas ou orais; na verdade, elas podem ser complementares. A oralidade pode nos fazer compreender não apenas os indivíduos entrevistados, mas um espaço mais abrangente onde estes estão engajados. Porém, isso não significa um rompimento com os saberes acadêmicos, “[...] mas a ampliação do seu curso e uma possibilidade de aprofundamento nos temas presentes na história urbana, muitas vezes revelando aspectos antes relegados pelos documentos” (JUCÁ, 2011, p. 138).

Já a Cartografia Social foi considerada, pois, de acordo com Neto (2013), propõe

a construção de representações cartográficas a partir da participação de populações locais nos processos de produção de mapas referentes aos seus territórios. É, portanto, instrumento pertinente que amplia a compreensão do que foi tomado nesta investigação, ou seja, compreender a territorialidade e a perda territorial sofrida pelos pescadores artesanais de Manguinhos, também apontada nos relatos orais e revisão bibliográfica. São importantes instrumentos que nos possibilitam compreender o território e a identidade do grupo, assim como os impactos que vem sofrendo ao longo dos anos.

Os relatos aqui apresentados constituem um acervo construído entre os meses de outubro de 2013 e Julho de 2014. Mais especificamente, a primeira conversa remonta ao dia 25 de outubro de 2013 e foi realizada na casa do Sr. João, na orla de Manguinhos, ao som da brisa e turbulência marinha, em companhia da ex-líder comunitária do bairro. A partir de então, as conversas informais se deram em datas esporádicas até o mês de Julho de 2014, totalizando sete encontros. Quanto às oficinas, estas contaram com três importantes encontros no ano de 2014: 22 de março; 29 de março; e 10 de maio.

Todos os instrumentos metodológicos considerados buscaram colher dados com vista a propiciar maior qualidade das informações e alargar a compreensão a respeito da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, seu modo de vida, território e as transformações territoriais sofridas.

### **3 | COMUNIDADE TRADICIONAL, SEU MODO DE VIDA E TRABALHO:**

Prática antiga realizada pela humanidade, a pesca artesanal permitiu o desenvolvimento de diversas culturas e se configurou como fonte importante de alimento e renda para muitos grupos. Conforme Callou (2010)

Comunidades pesqueiras, cultura marítima, comunidades humanas marítimas, gentes do mar, comunidades tradicionais de pesca, comunidades costeiras ou, simplesmente, povos do mar, representam, no Brasil, um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras, envolvendo 2 milhões de pessoas que produzem cerca de 55% da produção pesqueira nacional (p.45).

No estado do Espírito Santo, as comunidades pesqueiras configuram-se em 411 quilômetros de litoral, o que corresponde a 5% de todo território brasileiro. Até o ano de 2010, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) catalogou 58 comunidades pesqueiras tradicionais, dentre as quais se destacam, no município de Serra, as comunidades de Jacaraípe, de Bicanga, de Manguinhos e a de Carapebus. Tais comunidades têm como base a atividade da pesca e são consideradas como tradicionais por possuírem culturas distintas da cultura capitalista hegemônica na sociedade.

*A Comunidade Pesqueira de Manguinhos está localizada no litoral central do*

Espírito Santo, no município de Serra. Conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal da Serra (PMS), o bairro foi denominado Manguinhos pela comunidade pesqueira que se formou na localidade em meados de 1800. Os primeiros a ocupar a área foram pescadores, no caso do Sr. João e Sr. Sebastião, pescadores locais, seus avós chegaram em meados de 1870 e se fixaram na localidade conforme salientam, respectivamente:

Pelo que eu fiquei sabendo pelos meus pais, isso tudo aqui era perdido, meus avós chegaram aqui... acho que como... o avô dela também [referindo-se à ex-líder comunitária do bairro] chegou aqui, entendeu? Era tudo... era tudo mato isso aqui, né?! E chegaram e se apossaram... se apossaram e ficaram [...] porque não tinha dono praticamente... aqui era um lugar perdido, um lugar que eles [os pescadores] que descobriram praticamente, eles descobriram o lugar (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).

Eles foram os primeiros moradores aqui, meus avós. Não tinha nada aqui, só mato mesmo, muito pé de espinho, muitos pinheiros [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).

Posteriormente, o lugar tornou-se abrigo para viajantes e produtores rurais que passavam pelo local. Observada a abundância de peixes da localidade e a beleza exuberante, alguns produtores rurais da época, de grande poder aquisitivo, se fixaram na região, trazendo consigo trabalhadores rurais que se tornaram pescadores junto dos nativos. Dona Joana, outro sujeito da pesquisa, menciona a atividade exercida por seus pais:

[...] meu pai era pescador e minha mãe trabalhava, [...] em lavouras, fazendo plantios de feijão e coisas [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

A vinda de muitos moradores para a comunidade em questão foi motivada pela abertura da estrada Vitória-Minas no fim do século XIX, importante rodovia que viria a integrar os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Nesse período, famílias consideradas importantes chegaram a Manguinhos com a intenção de construir residências de veraneio, assim como destaca a Prefeitura Municipal da Serra em seu material informativo (2000), ao afirmar que o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida encantou-se com o lugar e construiu sua residência de veraneio na localidade no início do século XX. Afirma ainda que ele foi seguido por diversas famílias ilustres da capital, tais como: Santos Neves, Cabral, Carloni, Vello, Abaurre.

A chegada de famílias culminou na posse de terras da região. Nesse momento, a demanda das famílias residentes no lugar fez com que surgissem pequenas vendas instaladas nas esquinas, nas quais a moeda de troca era o peixe, trocado por utensílios e alimentos. Assim,

[...] surge então, uma comunidade intercambial entre agricultores, pescadores, nativos descendentes de escravos e os veranistas da capital (Prefeitura Municipal

Assim, a partir das relações estabelecidas, a *Comunidade de Manguinhos* guarda uma história particular e vem recebendo cada vez mais turistas, com vistas a usufruir das belezas do lugar. Atrelado à atividade turística, o crescimento urbano desordenado tem garantido o aumento populacional da comunidade, trazendo inúmeros desafios, que serão tratados mais adiante neste trabalho.

De acordo com Diegues (2000), pode-se considerar *comunidades tradicionais* como aquelas que vivem em áreas geográficas particulares e que demonstram ligação ancestral intensa com o *território*, auto-identificação e identificação por outros grupos culturais como grupos distintos, com linguagem própria, detentores de instituições sociais e políticas específicas e tradicionais, e sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência.

No caso da pesca, essas comunidades compõem-se de sujeitos que possuem um modo de vida particular. De acordo com Derrau (1977), o modo de vida se caracteriza como “um conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura a sua existência” (p.169). Ainda de acordo com o autor, o modo de vida integra muitos elementos, como instrumentos utilizados pelo grupo e a maneira como realizam as atividades cotidianas. É justamente a continuidade da disciplina rígida em cumprir tais atividades que caracteriza a determinação do modo de vida. No caso da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, seu modo de vida é pautado, principalmente, na pesca de forma artesanal, no beneficiamento da exploração natural de maneira regrada, respeitando os ciclos naturais e desenvolvendo a agricultura em pequena escala e o artesanato.

De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pescador artesanal é:

O profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes (BRASIL, 2009).

Sua maior característica é a prática da pesca baseada no desenvolvimento de técnicas milenares, transmitidas de geração em geração, e a manutenção dos recursos naturais que se configuram, de acordo com Diegues (1973), como instrumentos de trabalho.

Para as *comunidades tradicionais*, não existe uma linha tênue e rígida que segmenta o natural e o social; pelo contrário, há um aparato de conhecimentos tradicionalmente difundidos que permite a interligação orgânica do mundo natural, sobrenatural e a organização social (DIEGUES, 2000).

No que se refere à realização do trabalho nas *comunidades tradicionais* pesqueiras,

Lopes (*apud* RAMALHO, 2004; DIEGUES, 2002) ressalta que este é fundamentado na unidade familiar, com tripulação composta por parentes ou conhecidos, que realizam as atividades sem remuneração, garantindo um forte sistema de coletividade, o que nos permite considerá-los também como *camponeses*. Para Diegues (1983) a classificação de *camponeses* se caracteriza da seguinte maneira:

Na medida que as atividade de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar, que também detém os meios de produção, e na medida em que inexistente uma acumulação de capital contínua, podemos dizer que estamos em presença de uma unidade camponesa de produção (p.153).

Na *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, conforme observado, não é diferente. A intencionalidade de acúmulo de capital inexistente e quando há necessidade de aumento da capacidade produtiva do grupo, se organizam em mutirões para fazê-lo. Assim, os parentes e amigos têm importante papel nesse momento de coletividade.

Os meios de produção do grupo caracterizam-se pelo baixo custo, como por exemplo, os barcos, que são feitos de madeira e movidos a remos confeccionados com base na unidade familiar (DIEGUES, 1983). Sempre com dois ou três integrantes em cada barco, as pescarias acontecem pela manhã bem cedo, quando os pescadores se lançam ao mar ainda de madrugada. De acordo com Sr. João, o horário de saída para efetuarem a pesca é sempre por volta das três ou quatro horas da manhã; e nesse momento, vários barcos com seus tripulantes saem munidos de seus equipamentos construídos de maneira artesanal. Os equipamentos que mais se destacam são: *redes de arrasto, linhas, balão de pesca e anzóis*.

No quesito *distribuição*, com característica notadamente camponesa, os trabalhadores apresentam uma maneira bem particular, pois têm o hábito de repartir o resultado do trabalho e guardar uma parcela da produção pesqueira para o consumo doméstico, o que os resguarda no caso de situações desfavoráveis. De acordo com uma ex-líder comunitária, a outra parcela é comercializada, ainda fresca, no balneário de Manguinhos, em uma grande bancada de mármore onde o pescado fica exposto até o fim da manhã:

Eles trazem o pescado pra cá, e vendem até umas dez, onze horas da manhã (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).



**Foto 1:** Bancada de Mármore usada pelos pescadores artesanais de Manguinhos para realizar a venda do pescado.

Fonte: Acervo da autora. 25 out. 2013.

Considerando a maneira como a comunidade em questão se relaciona com o local onde vive, faz-se necessário compreender conceitos importantes como identidade e território. A construção da identidade tem como premissa a relação social e simbólica com o território e objetiva enfatizar a imagem do grupo para si próprio e para os outros, reafirmando continuamente sua diferença na relação e em relação aos outros. De acordo com Arruti (2014), um determinado grupo constitui sua identidade com categorias de autodescrição e autoidentificação, caracterizadas por serem dinâmicas e abertas aos diversos agenciamentos simbólicos. Assim, um determinado grupo “[...] não está baseado nem na ocupação de territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença na relação e em relação aos outros” (p. 206).

A *identidade* da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* está intimamente ligada ao *território*, ou seja, uma *identidade* que está alicerçada no contexto social, coletivo e na historicidade de cada espaço territorializado. Configura-se como algo produzido simbolicamente por meio de relatos, histórias e memórias, objetivando o realce das particularidades da coletividade para que se crie uma unidade coletiva, com continuidade e coerência (POLLAK, 1992). Desta forma, a *identidade* territorial é construída continuamente, não é algo acabado e estático, mas um conceito plástico que está em permanente construção e envolve dimensões não apenas materiais, como por exemplo, uma área, mas envolve também dimensões simbólicas da vida social (ARRUTI, 2014).

O conceito de *território* abordado nessa questão não diz respeito apenas à materialidade do espaço, pois não há *território* sem as relações sociais e, de acordo com Haesbaert (2010), pode-se considerar que o *território* toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas também das narrativas, pois ele é organizado discursivamente. As *comunidades tradicionais* se apropriam do espaço e o organizam

por meio de discursos e da criação de *territórios*, os quais são decorrentes do exercício de poder conduzido por um autor, que ao se apropriar do espaço, o territorializa (LOPES, 2013).

A esse respeito, Ferreira (2009) afirma:

Entendemos o território enquanto espacialização de uma relação de poder, manifesta pela apropriação e/ou dominação de determinada parcela do espaço por um grupo social, num determinado contexto histórico (p.25).

No processo de apropriação e/ou dominação do território, se destacam dimensões sociais importantes de ordem política, cultural e econômica. Na dimensão política, de acordo com Haesbaert (2010)

[...] o território é visto como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado (p.40).

Na dimensão cultural “[...] o território é visto como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (Idem, ibidem). E por fim, a dimensão econômica:

[...] enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho [...] (Idem, ibidem).

Assim, o território torna-se um espaço complexo e suscetível a diversos embates, a partir do qual se torna importante compreender as relações nas diversas dimensões, com a finalidade de entender quem e como domina e/ou influencia o território.

#### **4 | OS TERRITÓRIOS DE PESCA**

Com a finalidade de compreender como se configuram os territórios de pesca e a alteração do modo de vida da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, de acordo com os pescadores locais, neste tópico abordaremos como se dá e quais as formas de apropriação territoriais aí existentes.

Além de se territorializarem na porção terrestre, onde se localiza a Vila de Manguinhos, os pescadores também se territorializam no mar. Para os pescadores artesanais, o território marinho representa um ambiente não só de práticas de trabalho, mas também como espaço de pertencimento familiarizado e incorporado às práticas religiosas, às práticas de lazer e palco de histórias mitológicas, configurando-se como algo de valor inestimável. O valor do mar não pode ser quantificado pelos integrantes da comunidade, uma vez que é do mar que sai todo o sustento, seja o sustento material, seja o sustento espiritual. Esse valor inestimável é declarado por Dona Joana, quando

indagada sobre o que o mar representa pra ela:

O mar representa tudo pra mim, [...] eu não saberia viver em outros lugares, porque pra mim ele é a vida, ele é tudo (grifo nosso) (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

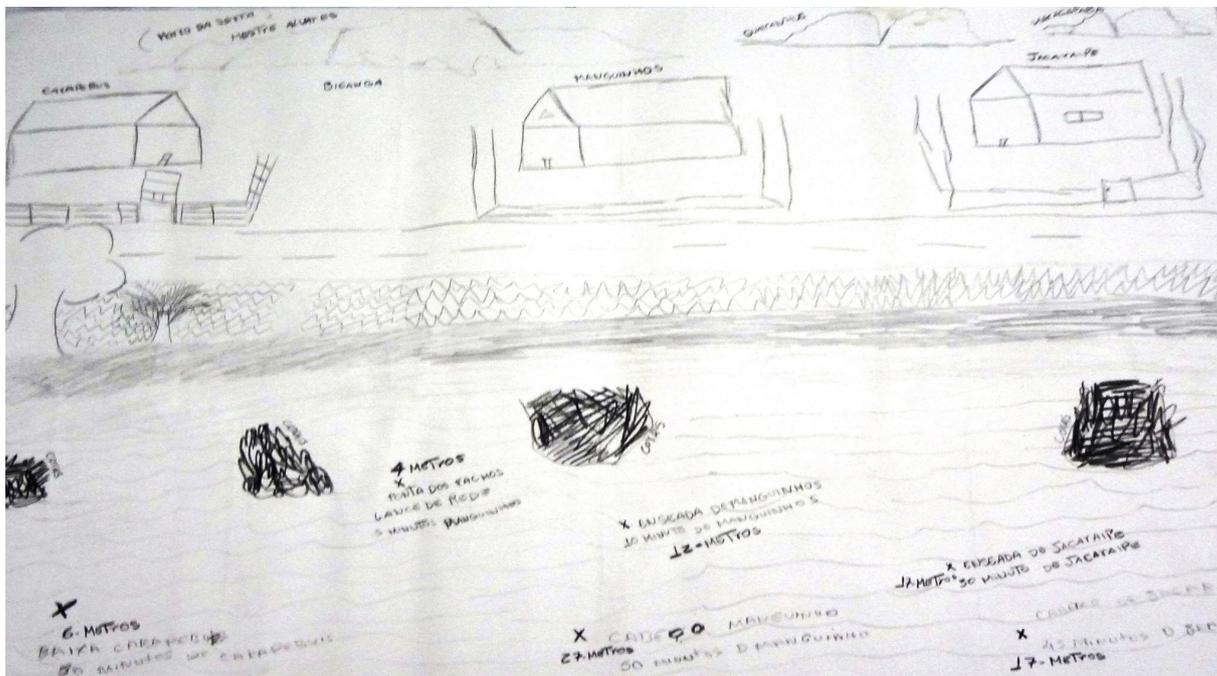
Podemos ressaltar ainda o momento em que um pescador se emocionou ao falar do mar, dada a grande estima manifestada por ele:

A gente, pescador, pensa em morrer no mar. Aquilo ali é a nossa vida (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 05.05.2014).

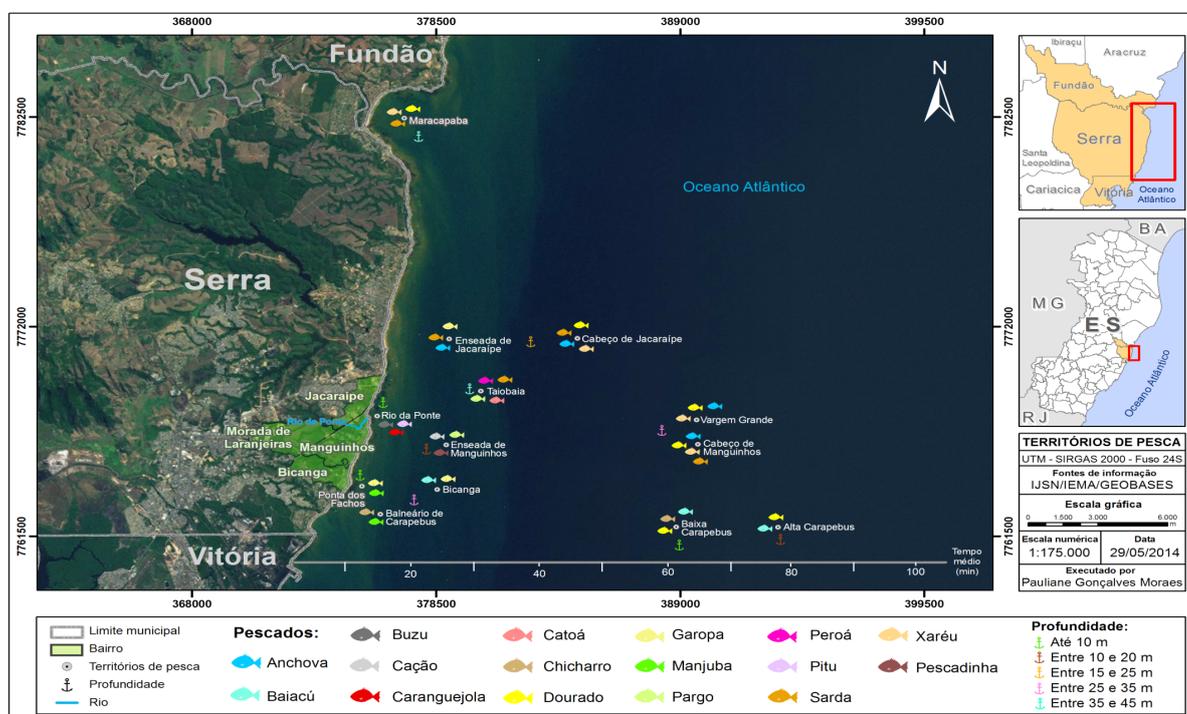
Nota-se que o valor do mar não pode ser quantificado pelos integrantes da comunidade, uma vez que é do mar que sai todo o sustento, seja o sustento material, seja o sustento espiritual. Assim, para além da terra, os pescadores observam o mar como uma extensão de seu território e nele criam novos territórios, que são a ele incorporados. Nesse processo, se destaca a regulamentação do acesso aos pesqueiros, que se tratando de espaço produtivo, não raro se realiza em formas concretas e simbólicas de apropriação, cujas regras e códigos de estabelecimento e manutenção se encontram no tecido da cultura e da ordem social (MALDONADO apud PITONNET, 1979).

Destacam-se nesse contexto os chamados pesqueiros, áreas de pesca de boa qualidade guardadas pelos pescadores artesanais de forma cuidadosa. Algumas dessas áreas já se tornaram conhecidas por pessoas que visitam a região e foram inscritas no Mapa 1. Esses registros foram construídos a partir da oficina realizada com pescadores artesanais de Manguinhos, que identificaram e destacaram os pesqueiros mais conhecidos: “Cabeço de Manguinhos”, “Cabeço de Jacaraípe”, “Tacoaba Grande”, “Tacoaba Pequeno”, “Maracapaba”, “Taiobaia” “Enseada de Jacaraípe”, dentre outros. Para cada pesqueiro, os pescadores indentificaram/ identificam os tipos de peixes, as respectivas profundidades do mar onde são encontrados e o tempo gasto para se chegar até ele.

Dessa forma, para a Comunidade Pesqueira de Manguinhos, assim como para muitas comunidades tradicionais, o seu espaço de produção - no caso o mar - possui marcas de posse. Como os locais identificados no mapa 2.



Mapa 1: *Pesqueiros* de Manguinhos identificados pelos pescadores da comunidade, suas respectivas profundidades do mar e o tempo necessário para atingi-los: Ponta dos Fachos – 4 metros – 5 minutos; Enseada de Manguinhos – 12 metros – 10 minutos; Enseada de Jacaraípe – 17 metros – 30 minutos. Em terra, os bairros Carapebus, Bicanga, Manguinhos e Jacaraípe. Ao fundo, algumas referências de localização em terra, como o “Morro da Serra”, “Mestre Álvaro”, “Maracapaba” e “Garanhus”, utilizadas pelos pescadores quando estão no mar. Desenho feito por Sr. João durante a *Oficina de Cartografia Social*. 29 mar. 2014.



Mapa 2: *Territórios* da pesca identificados pela Comunidade Pesqueira de Manguinhos, com a discriminação dos peixes e das respectivas profundidades onde são encontrados.

Fonte: *Oficina de Cartografia Social*. 29 mai. 2014

Mas, como localizar os *pesqueiros*? Para realizar tal tarefa, os pescadores

utilizam um sistema de localização próprio, assim como afirma Diegues (2000):

Os pesqueiros são marcados e guardados em segredo por meio de um sistema de caminho [...] localizados por um complexo sistema de triangulação de pontos para o qual usa os acidentes geográficos da costa, como torres de igrejas, picos de morros, etc. (p.20).

Sobre essa maneira tão particular de demarcar seus territórios, Sr. João ressalta:

[...] eu faço três marcações pra um pesqueiro só, porque se perder uma... por exemplo: se o morro tiver tampado, eu tenho outras duas (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 29.03.2014).

Quando menciona “o morro”, Sr. João se refere à elevação cristalina, próximo à costa chamada Mestre Álvaro, que pode ser vista do mar e se configura como ponto de referência para a pesca, conforme pode ser verificado no Mapa1, quando não está coberta por nuvens, processo que ocorre eventualmente. A partir disso, verificou-se nitidamente que os saberes tradicionais pesqueiros da comunidade em questão, não se propagam pela forma escrita, mas utilizam a oralidade. Assim, de acordo com Diegues (2000), “[...] o conhecimento tradicional só pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que foi gerado” devido a suas particularidades e a riqueza de detalhes que apresentam, como por exemplo, as referências utilizadas para a localização dos pesqueiros citadas anteriormente.

Nas oficinas de Cartografia Social realizadas ficou evidente que os pescadores artesanais, além de localizar seguramente seus pesqueiros, também guardam cada um deles de maneira cuidadosa e se mantêm resistentes em compartilhar as informações de localização, pois temem a não manutenção de suas áreas de pesca. Os pesqueiros são regidos pela “lei da posse” que regulamenta as áreas de pesca na comunidade, cujos fundamentos se encontram na ordem do respeito e da ética na comunidade. As áreas são mantidas em sigilo absoluto, como salienta o pescador:

Cada um tem sua marca, um pode pescar na marca do outro só se descobrir, porque é tudo no segredo (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 29.03.2014).

Além da apropriação do mar como território de trabalho por meio da prática da pesca, o mar também representa o palco de muitos mitos e lendas, como afirma DIEGUES (2000) acerca da relação dos pescadores artesanais com a natureza:

A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial, faz que ciclos da natureza (a sazonalidade de cardumes de peixes, a abundância nas rochas) sejam associados às explicações míticas ou religiosas (p. 21).

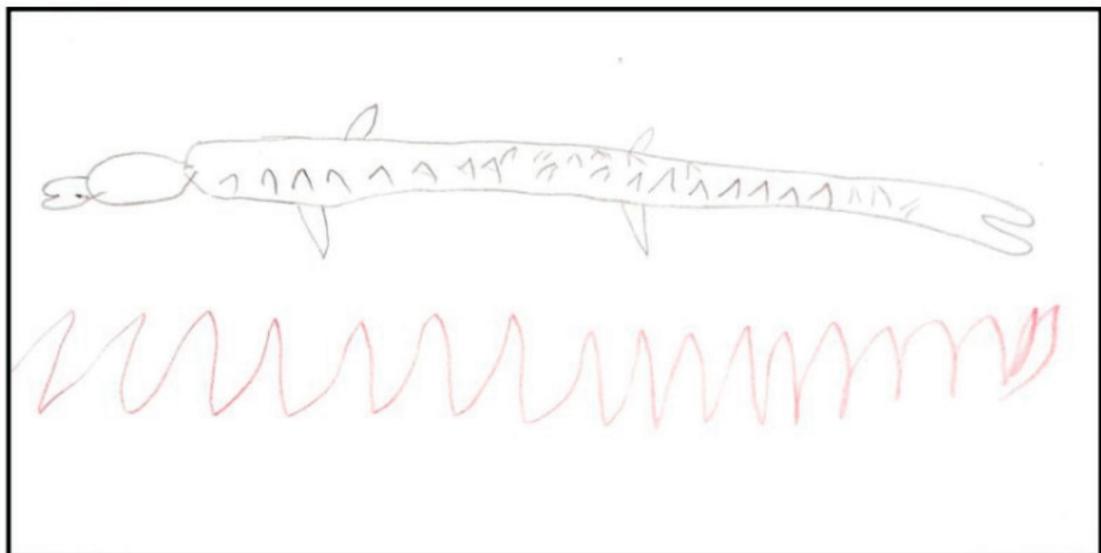


**Foto 2:** Sr. João na *Oficina de Cartografia Social*.

**Fonte:** Acervo da autora. 29 mar. 2014

Considerando essas relações, as pessoas da Comunidade Pesqueira de Manguinhos agem sobre o meio onde vivem, trazendo consigo, desde tempos mais antigos, histórias contadas pelos avós, pais, tios, etc. Assim como relata Dona Joana, que relembra as histórias contadas pelo seu pai pescador:

Meu pai me contava que tinha um mar de sangue, e dentro desse mar de sangue tinha uma coisa parecendo uma pessoa, mas não aparecia, só grunhia, grunhia... [...] todos ouviam, mas não sabiam o que essa coisa falava, não se sabia se era gente ou não era, essa coisa, subia e descia, subia e descia dentro desse mar de sangue [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 15.03.2014).



**Figura 1:** Monstro marinho desenhado por Dona Joana

**Fonte:** Acervo da autora. 22 mar. 2014.

Ou ainda, como Sr. João, ao relembrar o mito da “mulher catadora de mariscos”:

Há muito tempo atrás, eles falavam que a pedra engoliu uma mulher, a mulher chegava à noite e ia catar marisco, aí um certo dia, a mulher sumiu naquela pedra

lá, falaram que foi Mero que catou ela; um peixe grande chamado Mero (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 25.10.2013).

Há, ainda, histórias do Saci Pererê que amedrontava as pessoas da vila, assim como conta Dona Joana. De acordo com ela, o bicho mudava de cor instantaneamente e assobiava muito, mas ninguém podia, de maneira alguma, imitá-lo:

[...] Ele assobiava, e a gente não podia imitar ele não [...] só podia dizer assim: 'me leva em casa companheiro?' Então ele caminhava até a casa do sujeito. Do contrário, ele arranhava a pessoa tudo (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 01.04.2014).

As tantas histórias contadas, além das festividades de lazer e a religiosidade - que constituem importantes referências para as comunidades tradicionais, muito relacionadas aos seus processos identitários de apropriação e pertencimento ao território - surgem como aspectos importantes na vida da comunidade e são de extrema relevância para que se contraponham aos “perigos” e “medos” do mar. De acordo com Dona Marta, a comunidade de Manguinhos possui tradições religiosas e de lazer que ocorrem ainda nos dias de hoje, como por exemplo, a Fincada e Derrubada do Mastro de São Sebastião e o Banho de Mar à Fantasia.

A festividade de São Sebastião inicia-se em vinte de janeiro de cada ano, dia de São Sebastião, e consiste na saída de um navio simbólico de madeira, com um mastro e a bandeira de São Sebastião hasteada, carregado pelos fiéis à noite ou durante o dia, e que percorre todas as ruas da vila. Destarte, sob intensa alegria, aos sons dos sinos e do acompanhamento da Banda de Congo de Manguinhos, o mastro é assentado no pátio da Igreja Católica local, cuja padroeira é Nossa Senhora de Santana. Esse momento da festividade é conhecido como Fincada do Mastro e é ovacionado pela comunidade, pois se trata de um momento de agradecimentos e pedidos de graças para o próximo ano. Já a Derrubada do Mastro ocorre no domingo de Páscoa. Nesta data, o mastro é retirado e levado nos ombros, novamente percorre as ruas da vila ao som dos sinos e sob o acompanhamento da Banda de Congo, retorna à igreja, onde é guardado para os festejos do próximo ano. Os pescadores acompanham a festa todos os anos, desde seu início. O evento passou a ser propício para reunir toda a comunidade pesqueira para o agradecimento às bênçãos recebidas por intermédio de São Sebastião.

O Banho de Mar à Fantasia consiste em um banho coletivo no mar que acontece no sábado de Carnaval. Em tempos passados, as fantasias eram predominantemente feitas de papel crepom colorido e o banho produzia a coloração do mar, processo que não ocorre na atualidade, uma vez que as fantasias estão sendo feitas de tecidos ou plásticos. Diante disso, podemos dizer que os eventos realizados na vila favorecem a interação comunitária e, nesse sentido, de acordo com Mussoline (*apud* CALLOU, 2010), ao redor da pesca, os limites meramente familiares se convertem em

atividade comunitária. Todavia, essa interação vem sendo ameaçada, principalmente pela limitação do pescado causada pelo intenso processo de urbanização e criação de infraestruturas portuárias, dentre outros impactos que serão tratados de forma detalhada no próximo tópico.

## 5 | IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Para compreender quais as principais alterações ocorridas nos últimos 30 anos, buscamos situar o leitor nas influências sociais, culturais e econômicas sofridas pela comunidade. Nesse intento, buscamos resgatar os acontecimentos históricos que tiveram influência direta sobre a comunidade em questão e confrontá-los à maneira como o *território* tem sido tratado pela comunidade tradicional e pela sociedade regida pelo capital.

Os pescadores da Comunidade de Manguinhos retiram da plataforma continental diversos tipos de pescado, tais como: Camarão, Manjuba, mariscos, Peroá, Sardinha, Tainha, dentre outros. A diversidade de espécies existentes nesse ecossistema se relaciona dentro de um quadro de cadeia trófica, de maneira que uma espécie serve de alimento para outra, tornando o ambiente equilibrado (DIEGUES, 1983). Porém, quando há desrespeito a esse processo, criam-se verdadeiros desequilíbrios ecológicos que favorecem a extinção de espécies de pescado. Ainda de acordo com o autor, muitas espécies marinhas são cíclicas, ou seja, devem ser exploradas em apenas determinados períodos do ano, já que passam por várias fases até alcançar a maturidade.

Todavia, nos últimos 30 anos, a Comunidade Pesqueira de Manguinhos tem sofrido ações de desrespeito ao seu território terrestre e marinho, que afeta toda a estabilidade ecológica e diminui o pescado, modificando as estratégias de pesca da comunidade e, portanto, seu modo de vida. Alguns fatores principais que têm contribuído para tal ocorrência são: a pesca predatória, o processo de intensificação do fluxo de navios que atracam nos portos próximos, a intensa urbanização da vila, a poluição e o aumento de turistas que visitam a região.

Em relação à pesca predatória, os pescadores tradicionais vêm enfrentando, de maneira geral, uma concorrência desleal com pescadores comerciais provenientes dos grandes centros urbanos e que realizam a pesca com equipamentos de grande impacto destrutivo, como é o caso das *malhadeiras* e do sistema de *pesca de arrasto*

De acordo com os pescadores, esses grupos são provenientes, especificamente, da Região Sul do Brasil e realizam a pesca em todo o litoral do estado do Espírito Santo. São grupos dotados de equipamentos tecnológicos eficientes, como por exemplo, o GPS (Global Positioning System) e sondas, e assumem práticas predatórias que culminam no extermínio de espécies.

Pode-se observar que, além das espécies já mencionadas até aqui, outras espécies

já não se fazem presentes com abundância na região de Manguinhos, como: Badejo, Robalo, Baiacu, Pescada, Garoupa, Chicharro, Manjuba Lomba Azul, Sardinha, Buzu, Sacurutá, Caranguejola, Pescadinha, Cioba, Realito, Papa Terra, Eldorado, Cação. É notório que o modelo de pesca adotado pelas grandes embarcações é completamente ofensivo ao ambiente marinho, já que a *pesca de arrasto* não seleciona o pescado a ser retirado do mar.

Os pescadores artesanais de Manguinhos perderam seus pesqueiros, pois estão localizados nas áreas de influência de grandes empreendimentos, que se destacam como mecanismos de articulação das tecnologias e de capitais, de mercadorias e de pessoas, favorecendo um grande movimento de navios nos estados litorâneos, principalmente a partir da década de 1940. Um período marcado por instalação de empreendimentos e incentivos às grandes empresas. Dentre estes empreendimentos, destaca-se o Terminal Marítimo de Tubarão, construído na Praia de Camburi na década de 1960 e de grande relevância para a compreensão do cenário atual da Comunidade Pesqueira de Manguinhos. Localizado há cerca de onze quilômetros do centro da comunidade, com capacidade para receber navios que transportam até cento e cinquenta mil toneladas de minério de ferro, a obra garantiu um cais de atracação com profundidade livre de dezesseis metros de profundidade, modificando o fundo marinho local, segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da Vale.

Nesse cenário de crescimento econômico destacaram-se, no mesmo período, a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e a CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão). Instaladas em terras capixabas essas empresas propiciaram o emprego de novas tecnologias nos setores da siderurgia, e nas décadas seguintes, outras empresas se destacaram e se expandiram nos setores de petróleo, de eletricidade, da química industrial, dentre outros relevantes para esse modelo de desenvolvimento. Assim, “[...] temos uma maior interação da economia mundial, sob a hegemonia do capital” (FRAGOSO *apud* RIBEIRO, 2012, p.167). Diante desse cenário, os pescadores artesanais de Manguinhos perderam seus *pesqueiros* localizados nas áreas de influência desses empreendimentos, que se destacam como mecanismos de articulação das tecnologias e de capitais, de mercadorias e de pessoas, favorecendo um grande movimento de navios nos estados litorâneos.

Além da CVRD e CST, a construção da estrada de Ferro VITÓRIA-MINAS, ligando o estado do Espírito Santo a Minas Gerais no início do século XX e a Companhia Vale do Rio Doce -CVRD, na década de 1940, foram responsáveis pelo intenso processo de urbanização da região e, posteriormente, pela alteração marinha. Nesse sentido, a Comunidade Pesqueira de Manguinhos foi submetida a um contexto de mudanças rápidas e constantes, já que junto aos grandes empreendimentos industriais, surgiu também a formação de bairros não planejados nas proximidades, como Vila Nova de Colares e Feu Rosa.

Com objetivo de dinamizar a produção e suprir as necessidades incessantes

do sistema capitalista, outros novos empreendimentos de grande porte têm surgido ao longo do litoral capixaba nas últimas décadas. Esse fato tornou-se mais agravado pela descoberta de óleo leve no litoral do Espírito Santo na denominada Camada Pré-Sal, que impulsionou as pesquisas sísmicas, o revolvimento do fundo marinho, o tráfego de navios e aumentou as operações de carga e descarga nos portos, etc. (CHACALTANA, 2007).

No fim da primeira década dos anos 2000, foi anunciada e iniciada pela Fibria a expansão do Portocel, o que impactou ainda mais a região litorânea. Além das empresas já mencionadas até aqui, de acordo com Bayer (2013), novos empreendimentos estão previstos para se instalar e outros já iniciaram sua instalação no litoral capixaba, tais como: a Usina de Pelotização da VALE (Serra-ES); o Mineroduto de Usina e Concentração (Mariana-MG até Vila Velha-ES); a Usina Siderúrgica e Terminal Anchieta (Anchieta-ES); a Fábrica de Fertilizantes da Petrobrás (Linhares-ES); o Terminal de Granéis Líquidos da Petrobrás (Aracruz-ES); a Ferrous Resource do Brasil (Presidente Kennedy-ES); o Terminal Portuário Nisibra (Vila Velha-ES); o Terminal Portuário e Mineroduto da Manabi (Linhares-ES); a Nutripetro (Aracruz-ES); o Estaleiro Jurong (Aracruz-ES); a Imetame Metalmecânica (Aracruz-ES) e o Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR (Aracruz-ES).

A questão do lançamento de esgoto na região também se configura como grave problema relatado pelos moradores da Comunidade. Além do lançamento de esgoto não tratado pelos bairros adjacentes, há o lançamento proveniente dos navios que transitam e à grande quantidade de moradias construídas na vila nos últimos anos, que provocam degradação do mar e dos riachos próximos que desembocam no ambiente marinho, como é o caso do chamado Rio da Ponte. Nas palavras de Dona Joana:

Aquele rio era grandão, mas era grandão mesmo [...] hoje em dia poluíram tudo e encheram de esgoto, de coisa... ele era muito limpo, muito lindo, era cheio de camarão (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

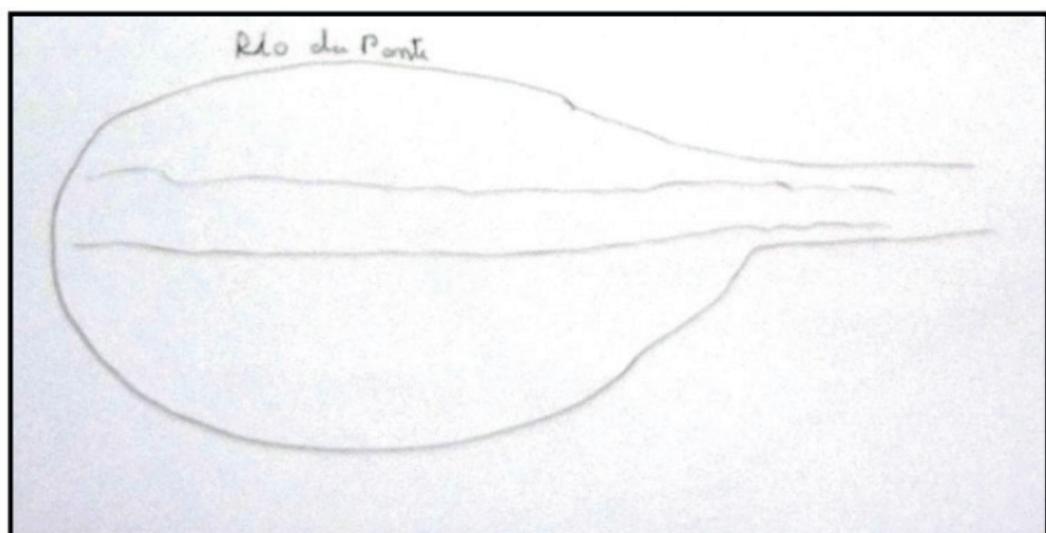


Figura 2: Rio da Ponte desenhado por Dona Joana.

Fonte: Acervo da autora. 22 mar. 2014.

A alteração do fluxo e da qualidade da água do Rio da Ponte, mencionada por Dona Joana, comprometeu atividades diárias que o grupo realizava no local. Continua a entrevistada:

[...] ali tinha muita água, a gente pescava, brincava, lavava roupa, pegava água pra cozinhar, pra trabalhar dentro de casa, e a louça eu pegava colocava na bacia e lavava lá também (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes em 15.03.2014).

Portanto, podemos perceber que na atualidade, esse rio se encontra em estado crítico, em função do recebimento de grande quantidade de dejetos, como observado nas fotos a seguir. Ao longo dos anos, espécies que viviam no rio se extinguíram devido à poluição, como o Pitu, um tipo de camarão de água doce. Dessa forma, nota-se a perda do local como parte do *território* de uso tradicional.



Foto 3: Lixo no Rio da Ponte – Manguinhos – Serra/ES.

Foto 4: Lixo no Rio da Ponte – Manguinhos – Serra/ES.

Fonte: Acervo da autora. 29 jul. 2014.

Fonte: Acervo da autora. 29 jul. 2014.

Ainda de acordo com Dona Joana, a coleta em abundância dos mais diversos pescados na região acontecia em momentos únicos, de interação e cooperação, mas esses momentos se perderam devido ao processo de urbanização acompanhado pela intensa poluição da vila.

## 6 | BUSCA PELA RETERRITORIALIZAÇÃO

A partir das alterações urbanas e industriais que impactaram a Comunidade Pesqueira de Manguinhos, criou-se a necessidade de aprimorar as técnicas de pesca com a finalidade de fazer frente ao intenso sistema econômico que se formou, de forma mais enfática, a partir da década de 1980. Deixou-se de praticar as inúmeras trocas realizadas com viajantes que passavam pelo local ou com moradores vizinhos

e estabeleceu-se o mecanismo apenas da venda. As práticas tradicionais de convívio com o ambiente natural deram lugar à incorporação de ações similares às do novo sistema. Nesse momento, surgiu a necessidade da adequação profissional, com a adoção de apetrechos que visassem à pesca voltada para atender o mercado e garantir a sobrevivência do grupo (DIEGUES, 1973).

Nesse contexto, o GPS (Global Positioning System) surge como instrumento primordial para os pescadores, substituindo o sistema de triangulação utilizado anteriormente. De acordo com o Sr. Sebastião: “Esse negócio de GPS vem de uns tempo pra cá. Hoje quase todas nossas embarcações tem GPS” (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 10.05.2014).

A utilização de equipamentos tecnológicos não favorece o conhecimento do *território* marinho como ambiente articulado e alguns pescadores vão perdendo a compreensão de seu próprio *território*. Foi o que se verificou em campo quando um pescador, Sr. Gerônimo, 54 anos, pescador profissional, foi questionado a respeito do nome de seus pesqueiros: “E não sei não! Não lembro de cabeça... hoje é tudo no GPS” (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 10.05.2014).

Além da utilização do GPS, verificou-se o desuso ou menor frequência do uso de determinados equipamentos como as *redes de arrasto*, o *balão* e a *canoa a remo*. De acordo com Sr. Sebastião, as *redes de arrasto* eram muito utilizadas próximas à praia, quando a demanda de peixes era grande:

Hoje, praticamente nossa pesca aqui é feita mais de anzol porque pescava muito de rede quando era próximo à praia aqui, mas como eu disse pra você, a poluição já acabou com nossos peixes aí da beirada, né!? Então, hoje a gente não faz mais não, hoje a gente pesca de linha, de anzol (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 05.05.2014).

As redes eram puxadas manualmente por pescadores, da água para a areia. Quanto à utilização do balão de pesca – muito comum antigamente - hoje se encontra com o uso bastante restrito, já que a profundidade que este precisa alcançar aumentou consideravelmente, devido à extinção de muitas espécies, ou seja, a profundidade necessária inviabiliza o uso dessa ferramenta, pois só é eficaz em áreas mais rasas.

No quesito embarcações, Sr. Sebastião ressaltou:

Nós, antigamente, tínhamos embarcações a remo, hoje em dia você não vê mais barco a remo mais pra pescar aqui, então, nós temos agora embarcações de médio pra grande porte. Antigamente, era de pequeno a meio porte, agora é de médio pra grande porte [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 15.03.2014).

De acordo com as informações do sítio eletrônico do Tribunal Marítimo Brasileiro (Acesso em: 13 jul. 2014), as embarcações de médio porte são consideradas aquelas com comprimento inferior a vinte e quatro metros, enquanto as embarcações de grande porte possuem comprimento igual ou superior a vinte e quatro metros. A utilização

das embarcações de médio e grande porte tem sido adotada devido à ausência de peixes na plataforma continental. Assim, os pescadores precisam se deslocar a uma distância cada vez maior da orla para garantir o pescado. Verifica-se, portanto, que há a necessidade de repensar a dinâmica do território, ou seja, reformular os denominados pesqueiros, deslocando-se em busca de novos lugares com pescado, já que os tradicionais territórios de pesca não atendem mais à demanda da comunidade, devido à intensa exploração realizada pela pesca predatória e outros fatores, como salienta ainda o pescador Sr. Sebastião:

Antigamente, eu navegava quarenta minutos, agora tenho que navegar oitenta horas, eu ia num dia voltava meio dia, agora tenho que ir e ficar cinco, seis dias [...] (Entrevista realizada por Pauliane Gonçalves Moraes, em 15.03.2014).

É importante salientar que as embarcações de médio e grande porte não são a maioria, dificultando ainda mais o trabalho dos pescadores artesanais. As embarcações mais utilizadas são de pequeno porte e configuram um fator de risco para os pescadores da Comunidade Pesqueira de Manguinhos, que acabam se arriscando em alto mar em embarcações inadequadas.



Foto 5: Embarcações de pequeno porte e movidas a remo, as mais utilizadas pela Comunidade Pesqueira de Manguinhos.

Fonte: Acervo da autora. 25 out. 2013.

Com a utilização de equipamentos mais sofisticados que buscam atender à nova demanda, novos *modos de vida* surgem entre os pescadores da comunidade. Assim, como afirma Diegues (1978), à medida que cresce o sentimento de “racionalidade com o objetivo do lucro” na atividade pesqueira

[...] acentua-se a concorrência entre os pescadores que operam em ambientes de estoques marinhos limitados, advindo a sobrepesca e o extermínio das espécies de alto valor no mercado. Nesta situação, a racionalidade com o objetivo do lucro pode levar a uma pauperização ainda maior dos pescadores artesanais. (p.165)

A intensa exploração do *território* dos pescadores artesanais tradicionais, regida pela lógica do capital permite, cada vez mais, o afastamento desses pescadores e o surgimento de pescadores com mais recursos, que deixam de fazer o trabalho manual com vistas a otimizar o tempo para manter sua produção (DIEGUES, 1978). Dessa forma, os equipamentos e hábitos característicos do grupo são esvaziados, dando lugar à disputa territorial não só com os agentes do capital, como também com os próprios integrantes do grupo.

Verifica-se, portanto, que o *território* da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, assim como sua organização, tem sido modificado ao longo do tempo, alinhando-se direta ou indiretamente aos efeitos da competitividade e do lucro. Conforme Silva (2012), podemos afirmar que a forma física da vila, as dimensões vivenciadas no cotidiano, a estrutura socioeconômica, a própria existência e a perspectiva para o futuro foram sendo reestruturados diante da penosa influência do sistema regido pelo capital. Deste modo, os pescadores artesanais buscam, em um sistema de concorrência desleal ante o capital, alternativas para suprir suas necessidades e garantir seu *território* de direito. Reterritorializam-se.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos apresentar os impactos territoriais sofridos pelos pescadores artesanais de Manguinhos, a partir da análise das mudanças ocorridas em seu modo de trabalho e de vida nos últimos trinta anos. Para apreender a totalidade desta questão sob a ótica do referencial teórico-metodológico adotado, apresentamos brevemente algumas características das *comunidades tradicionais* e como este modelo de sociedade constrói seus *territórios* a partir da ligação direta com os recursos naturais. A partir dessa abordagem, analisamos um caso específico, a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* e sua contraposição ao padrão de sociedade hegemônico vigente, que busca a apropriação do *território* para transformá-lo em mercadoria, desconsiderando qualquer outra forma de organização social que não seja pautada na lucratividade.

Diante disso, buscamos evidenciar a *identidade* socioterritorial dos pescadores artesanais, que se configura em uma relação íntima com o *território*. Ou seja, foi possível perceber que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* é pautada no *modo de vida* tradicionalmente coletivo, no qual a historicidade se mostra nitidamente no espaço territorializado e as simbologias, relatos e memórias se configuram como plano importante na apropriação desse *território*. *Território* este que é coletivo e em constante construção material e simbólica. Essa afirmação pôde ser constantemente percebida nos relatos orais coletados que compuseram essa investigação.

Também no intuito de identificar quais as alterações ocorridas nas atividades culturais e econômicas nos últimos 30 anos na comunidade, buscamos resgatar os

acontecimentos históricos que tiveram influência direta e indireta sobre a comunidade em questão. Diante disso, verificamos o avanço rápido da implementação e do aperfeiçoamento dos aparatos que atendem à lógica do capital. A presença constante e aumentada da pesca predatória, realizada por *traineiras* vindas principalmente do sul do país; o grande fluxo de navios no litoral capixaba, proporcionado pela inserção e o aprimoramento de portos na região; o intenso processo de urbanização e o aumento da poluição foram fatores que incidiram direta, indireta e negativamente sobre o *território* da *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*.

Assim, a comunidade se vê diante de um processo inevitável de impactos territoriais materializados, principalmente e mais visíveis, na diminuição do pescado, mas não em menor medida, também perceptíveis na alteração das atividades culturais, religiosas e econômicas. Com o apoio e incentivo do Estado, ao longo dos anos, os grandes projetos industriais e de cunho desenvolvimentista vêm se sobrepondo a esta comunidade, com destaque especial para as atividades desenvolvidas no Porto de Tubarão, empreendimento localizado dentro do *território* de pesca da comunidade, que interfere na atividade da pesca. Áreas que outrora tinham como maior característica a abundância de diversas espécies de peixes, na atualidade se tornaram lugares de total desequilíbrio ecológico devido à inserção de aparatos dessa natureza.

A configuração dos *territórios* de pesca, de acordo com os pescadores locais, se modificou em função dessa inserção. Os *pesqueiros* antes selecionados, localizados pelo sistema de triangulação e devidamente guardados em sigilo pelos trabalhadores do mar, dada à oferta de determinada espécie, passaram a ser explorados pelas *traineiras* com equipamentos de grande capacidade exploratória e impacto destrutivo, obrigando os pescadores a se deslocarem para lugares mais distantes da costa para realizar a pesca. Diante deste fato que se configura como perda de *território*, os trabalhadores do mar são levados a buscar outras fontes de renda para além daquelas ligadas à produção pesqueira.

Constatamos, portanto, que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos*, ao longo dos anos, vem sofrendo com a forma opressora do sistema capitalista e sua influência negativa sobre o ambiente em que vive, que afeta diretamente a perpetuação da atividade da pesca. Espera-se que a *Comunidade Pesqueira de Manguinhos* se mantenha firme na luta em prol da manutenção de seu *território*, articulando sua resistência para que a atividade da pesca se perpetue e que o pescado das diversas espécies em Manguinhos, adquirido de maneira equilibrada, seja ofertado às gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. (Org). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador, EDUFBA, 2014.

- BAYER, Alessandro M. **Vitória**. 2013. 1 gravura serigraf.,color.,13,44x19,05cm. Coleção particular.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca Artesanal**. Brasília: MPA, 2009. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>>. Acesso em: 21 dez. 2013.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, Recife, v. 62, p. 45-48, 2010.
- CHACALTANA, Teresa Susana Aquije. **Mapeamento de áreas de sensibilidade ambiental ao derrame de óleo na baía de Vitória, ES**. 2007 136f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <[http://www.mundogeomatica.com.br/tesesmonografias/tese\\_teresa/dissertacao\\_18-09-07.pdf](http://www.mundogeomatica.com.br/tesesmonografias/tese_teresa/dissertacao_18-09-07.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2014.
- DERRUAU, Max. **Geografia Humana I**. Trad. Helena de Araújo Lopes; Carlos D' Almeida Sampaio. Editorial Presença Ltda: Lisboa, 1977.
- DIEGUES, Antônio Carlos (Org). **Pesca e marginalização no litoral paulista**. 1973. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Pesca.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 287p.
- \_\_\_\_\_. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo, 2000.
- ESPÍRITO SANTO. Governador (2007-2011: Gomes). **Macrodiagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2005. Disponível em: <[http://www.fundagres.org.br/macrodiagnostico/relatorio\\_macro\\_pesca.pdf](http://www.fundagres.org.br/macrodiagnostico/relatorio_macro_pesca.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2013.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. “**Donos do lugar**”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. Rio de Janeiro, 2009. 512 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1298>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- GIRARDI, Gisele. **A cartografia e os mitos**: ensaios de leitura de mapas. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza: Premius, 2011.
- LOPES, Alissandra Pinheiro. **Territorialidades em conflitos na baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 02 dez. 2013.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares**: Espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Anna Blume, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro – O processo de produção do Capital, vol. II. 11. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/ Difel, 1996.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETO, Ozimo Mendonça. **A cartografia inovadora**: uma reflexão sobre a cartografia social – ciência ou arte? Encontro de Geógrafos da América Latina. 2013. Peru. Disponível em: <[http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra\\_Ozimo-Mendon%C3%A7a-Neto.pdf](http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Ozimo-Mendon%C3%A7a-Neto.pdf)>. Acesso em: 01 jan.2014.

POLLAK, Michael. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. Trad. Monique Augras. v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA. Guia turístico e cultural de Manguinhos. [Serra, 2000]. 1 folder.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *et al.* Relatos orais: do “indivizível” ao “divizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. (Org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

SILVA, Ellen Cristina do Monte. A reterritorialização e a conservação dos recursos naturais: os usos do espaço da Resex de Caeté-Taperaçú no município de Bragança-PA. In : III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. 2012. Goiânia – Goiás. [s.n]. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/VI-043.doc.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. **São Paulo: Atlas, 1987.**

VIEIRA, Luiz Henrique. **Os impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho**: Aracruz-ES. 2012. 111f. Monografia (Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-050-6

